

Mineração busca parceria com Canadá para pesquisas

CBPM CONVIDA O Brasil tem 13 milhões de quilômetros quadrados de áreas para explorar e boa parte delas ainda tem o seu potencial geológico desconhecido. Para o presidente do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), Flávio Penido, o desafio consiste em viabilizar o aproveitamento deste potencial de maneira inovadora e com sustentabilidade. Ontem, ele apresentou para representantes da atividade uma carta compromisso com parâmetros para o desenvolvimento da mineração no país. Entre as prioridades está o investimento em contínuas melhorias nas estruturas de segurança.

Penido esteve em Salvador para participar do CBPM Convida, promovido pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. Entre os

projetos desenvolvidos pelo Ibram, ele apresentou a ideia da criação de uma bolsa para viabilizar investimentos em pesquisa geológica no país. “Estamos indo para o Canadá em março para tentar viabilizar parcerias que criem uma bolsa de investimento em pesquisa geológica no Brasil”, contou.

“Precisamos investir nas pequenas empresas e fazer pesquisa mineral”, afirmou.

Também presente ao evento, o diretor de relações institucionais do Ibram, Ri-

naldo Mancin, destacou a necessidade de ampliar a oferta de recursos para a etapa de pesquisas. “Faz parte da estratégia acessar mercado financeiro. O Brasil não tem tradição de abertura de capitais. Tentamos com a Bovespa, não prosperou. Atualmente, a ideia mais promissora é uma aliança com Bolsa de Toronto”.

O presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, defendeu a destinação da CFEM, os royalties da mineração, para financiar a pesquisa, juntamente com recursos das próprias mineradoras. “É forma de buscar recursos, senão ficaremos sempre sem recursos”, defendeu Tramm.

Ele considera importante a presença do Ibram junto ao setor na Bahia.

“É muito importante que o Ibram venha às bases para discutir a atividade. Isso é um fato novo, sair de Minas e de Brasília. É isso que vai fazer a diferença”, destacou Tramm.

A próxima edição do CBPM Convida ocorrerá no dia 5 de fevereiro, com apresentações do presidente da RHI Magnesita, Francisco Carrara, e o presidente da Fosnor, Ricardo Neves. A edição de ontem contou com a presença de representantes das principais empresas do setor na Bahia.

TIAGO CALDAS



●● **É muito importante que o Ibram venha às bases para discutir a atividade. Isso é um fato novo**
Antonio Tramm

Presidente da CBPM, comemorando presença de representantes do setor em evento

Exportações da Bahia têm queda de quase 10% em 2019

COMÉRCIO As exportações baianas somaram no ano passado US\$ 8,03 bilhões - o valor mais baixo desde 2016 e 9,8% inferior ao ano anterior (US\$ 8,9 bilhões). As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 6,77 bilhões, numa queda de 14,4% em relação a 2018, resultado da baixa atividade econômica e da queda da produção na indústria de transformação.

As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). De acordo com a SEI, assim como aconteceu no plano nacional - recuo de 6,4% - as exportações da Bahia se ressentiram a uma combinação de perda de fôlego da economia global, num cenário de escalada das tensões comerciais entre China e EUA; queda nas cotações internacionais de diversos produtos; diminuição do volume de embarques; recessão na Argentina e redução da produção agrícola.

A China com redução de 25,3%, os EUA com (-16,6%) e a Argentina com queda de 29% representaram os maiores entraves à expansão das vendas externas baianas no ano passado.

BAHIA

Safra de grãos fecha 2019 com retração de 11%

Foto: Romildo de Jesus

RAYLLANNA LIMA
REPÓRTER

A Bahia não demonstrou toda sua potência na produção de grãos ao longo de 2019 e apresentou retração no agronegócio. Encerrando o ano com um total de 8.283.660 toneladas, a safra baiana de grãos foi 11,1% menor que a de 2018, quando foram produzidas 9.323.119 toneladas. E as projeção para 2020 não são das melhores.

O atual prognóstico prevê retração na produção de soja, de algodão e do café canephora (conillon). Dos grandes produtores, apenas a Bahia informou retração na estimativa na produção de soja (em grão) para este ano.

Todos os dados citados acima foram apresentados nessa quarta-feira (8) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Apesar das retrações, a pesquisa também mostrou pontos positivos.

O destaque maior nos grãos foi referente à produção do milho na segunda safra, apresentando alta de 482% em 2019, ante 2018, quando a produção passou de 276 mil toneladas para 47,7 mil toneladas. Bom desempenho no ano passa-



PRODUÇÃO

Safra baiana foi de 8.283.660 toneladas ano passado. Em 2018, foi 9.323.119 toneladas

do foi notado também na safra de feijão, com crescimento de 357%, quando subiu de 25,7 mil toneladas (2018) para 117,6 mil toneladas (2019).

Apesar de, no geral, a produção ter sido menor em 2018, o IBGE sinaliza que o balanço da safra em 2019 está entre as melhores obtidas pelo estado. A entidade destaca ainda que o ano de 2018 para a safra baiana foi "um ponto fora da curva".

Confira abaixo as estimativas para 2020 divulgada pelo IBGE, referente a alguns dos tipos de grãos produzidos em solos baianos.

Algodão herbáceo (em caroço): declínio de 0,5% ou 7.050 toneladas.

Café canephora: importante produtor desse tipo de café, a estimativa da produção é de 106,6 mil toneladas, ou 18,8 milhão de sacas de 60 kg. Comercializada por um valor relativamen-

te baixo, o produto não tem apresentado boa rentabilidade para os produtores. Sendo assim, a menos que haja recuperação nos preços nos próximos meses, não se aguarda aumento nos investimentos, o que pode comprometer o rendimento das lavouras ao longo de 2020.

Soja (em grão): dos grandes produtores, apenas a Bahia informou retração na estimativa de produção, sendo de apenas 2,0%

Veículo: O Globo	Online
Data: 09/01/2020	Coluna: Economia



Governo planeja usar royalties extras para conter impacto da alta do petróleo no preço da gasolina

Segundo o ministro Bento Albuquerque, objetivo é evitar que o consumidor sinta na bomba os efeitos de crises internacionais

Manoel Ventura

09/01/2020 - 04:30 / Atualizado em 09/01/2020 - 08:43

BRASÍLIA -O Ministério de **Minas e Energia**, Bento Albuquerque, estuda a criação de um **fundo** composto com o **dinheiro "extra"** arrecadado com a **exploração de petróleo** para servir como um mecanismo de compensação contra altas bruscas no preço da **commodity**.

O objetivo é evitar que o consumidor do Brasil **sinta na bomba** os efeitos de **crises internacionais** que afetem o preço do produto, como as oscilações provocadas nesta semana pela tensão no **Oriente Médio**. A informação foi antecipada pelo próprio ministro Bento Albuquerque.

A equipe que trabalha no assunto quer apresentar uma proposta ao presidente Jair Bolsonaro em fevereiro. Albuquerque descarta usar impostos na formação desse mecanismo e diz que o governo federal não vai propor mudanças no ICMS dos estados, **como o próprio presidente defendeu** com o argumento de que os governadores aproveitaram a alta de preços para reforçar o caixa com a receita do imposto.

- As expectativas de royalties e participações especiais são lançadas no Orçamento. Como nós hoje somos exportadores e estamos aumentando a nossa produção de petróleo, quando o preço do petróleo sobe, é bom para quem produz e para quem exporta. Se você tem uma expectativa, e esse valor vai muito além da expectativa, você pode fazer alguma coisa com esse valor acima - disse o ministro.

ICMS fora de discussão

O Orçamento de 2020, por exemplo, prevê que o governo federal arrecadará cerca de R\$ 68 bilhões com royalties e participações especiais - compensações pagas pelas empresas que extraem petróleo. O que for arrecadado acima desse valor poderia ser direcionado a um fundo. De janeiro a novembro do ano passado, o governo arrecadou R\$ 58,3 bilhões com petróleo, alta real de 1,96% na comparação com igual período do ano anterior.

- O Brasil se tornou um exportador de petróleo. Hoje, nós exportamos 1,1 milhão de barris por dia. A gente pode adotar medidas de acordo com essa conjuntura que vivemos, que é favorável - disse o ministro.

A forma como o fundo poderia abater altas no petróleo e os gatilhos para acionar o mecanismo ainda estão sendo estudados pelo governo. - Quando vamos disparar o gatilho? Quem vai ter a competência? É nisso que estamos trabalhando — afirmou Albuquerque.

Soluções como a criação de fundos são estudadas desde o governo Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Albuquerque descarta usar impostos federais, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ou propor alterações no ICMS.

- Isso passa por uma reforma tributária. Isso (ICMS) está fora. Qualquer discussão agora nesse tema não vai ter aceitação. Até porque todos estão na expectativa de uma grande reforma. Nós estamos trabalhando no que está no âmbito do Executivo federal — afirmou.

O ministro defende a criação de um mecanismo para evitar que altas fortes no petróleo cheguem ao consumidor final no país. - Estamos trabalhando num mecanismo não para agora, mas estamos trabalhando num mecanismo para crises. Queremos um mecanismo para situações excepcionais, mas uma coisa permanente. Não estamos trabalhando nisso para agora, estamos trabalhando nisso para sempre.

O ministro também avalia que a venda de refinarias da Petrobras vai aumentar a competitividade do setor: - As pessoas que vão adquirir as refinarias vão fazer os investimentos que a Petrobras perdeu a capacidade de fazer. As refinarias vão ser modernizadas, aumentar a produção e poder competir.

Embora Albuquerque descarte mudanças no ICMS, o governador Wilson Witzel disse nesta quarta-feira nas redes sociais que está fazendo a sua parte para evitar que o consumidor pague a conta da crise no Oriente Médio: “O Estado do Rio de Janeiro, pelo menos por ora, não vai repassar eventuais aumentos de preços para a base de cálculo de ICMS sobre os combustíveis. Isso quer dizer que, mesmo que o preço do combustível aumente, o RJ usará o preço de janeiro na sua base de cálculo”.

Petróleo cai a US\$ 65,44

O mercado de petróleo teve na quarta-feira um dia de alívio, e o barril do Brent recuou 4,1%, a US\$ 65,44, no menor valor de fechamento desde 16 de dezembro. A trégua na escalada de preços foi resultado do recuo da retórica agressiva do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao comentar o ataque iraniano a bases americanas no Iraque e de novos dados sobre estoques mostrarem um quadro mais favorável.

Mesmo assim, o cenário ainda é de volatilidade para o produto. A Petrobras e outras grandes transportadoras [suspenderam a navegação pelo Estreito de Ormuz](#), que liga o Golfo de Omã e o Golfo Pérsico e por onde passam 20% da produção mundial. Em nota, a Petrobras informou que avaliou junto à Marinha o atual cenário e decidiu evitar o tráfego marítimo na região. A estatal acrescentou que o abastecimento de combustíveis no Brasil não será afetado.

Veículo: bahia.ba	
Data: 09/01/2020	Caderno: Economia



ECONOMIA

Publicado em 09/01/2020 às 09h09.

Governo quer criar fundo com royalties extras para conter impacto da alta do petróleo na gasolina

Segundo Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, objetivo é evitar que o consumidor sinta na bomba os efeitos de crises internacionais



O Ministério de Minas e Energia estuda a criação de um fundo composto com o dinheiro “extra” arrecadado com a exploração de petróleo para servir como um mecanismo de compensação contra altas bruscas no preço da commodity.

Segundo reportagem do jornal O Globo, o objetivo é evitar que o consumidor do Brasil sinta na bomba os efeitos de crises internacionais que afetem o preço do produto, como as oscilações provocadas nesta semana pela tensão no Oriente Médio. A informação foi antecipada pelo próprio ministro Bento Albuquerque.

De acordo com a publicação, a equipe que trabalha no assunto quer apresentar uma proposta ao presidente Jair Bolsonaro em fevereiro.

Titular da pasta, o ministro Bento Albuquerque descarta usar impostos na formação desse mecanismo e diz que o governo federal não vai propor mudanças no ICMS dos estados, como o próprio presidente defendeu com o argumento de que os governadores aproveitaram a alta de preços para reforçar o caixa com a receita do imposto.

Veículo: O Globo	Online
Data: 09/01/2020	Coluna: Economia



MPF denuncia 29 e pede reparação de R\$ 16 bilhões por prejuízos a fundos de pensão em sondas do pré-sal

Operação Greenfield aponta crimes de gestão temerária de gestores dos fundos da Petrobras, Caixa, Vale e Banco do Brasil

Aguirre Talento

09/01/2020 - 10:31 / Atualizado em 09/01/2020 - 10:32

BRASÍLIA - O **Ministério Público Federal** apresentou denúncia contra 29 envolvidos em fraudes no aporte de recursos milionários dos **fundos de pensão** da **Caixa** (Funcef), **Petrobras** (Petros), **Banco do Brasil** (Previ) e Vale (Valia) na empresa Sete Brasil, responsável pela construção de sondas para exploração do petróleo na camada pré-sal. Na denúncia, a Força-Tarefa Greenfield calcula que o prejuízo aos aposentados foi de R\$ 5,5 bilhões e solicita a reparação no valor do triplo desse prejuízo, que chega a R\$ 16,5 bilhões.

É o maior caso já denunciado pela **Greenfield**, força-tarefa da **Procuradoria da República** no Distrito Federal que apura investimentos fraudulentos dos fundos de pensão, com prejuízos aos seus aposentados. De acordo com a denúncia, o governo federal, à época comandado pelo então presidente Lula, usou sua influência política no comando dos fundos de pensão para que eles aportassem recursos milionários na Sete Brasil ignorando os riscos do investimento, assumindo a possibilidade de prejuízos para os pensionistas. Os maiores aportes vieram da Petros e da Funcef, que colocaram cerca de R\$ 1 bilhão na Sete Brasil.

No rol dos denunciados estão os ex-presidentes da Petros Luis Carlos Alonso e Carlos Fernando Costa, o ex-presidente da Funcef Carlos Alberto Caser e o ex-presidente da Previ Ricardo Flores, além de ex-diretores desses fundos e da Valia, o fundo de pensão da Vale. Todos são acusados do crime de gestão temerária, por terem permitido os investimentos sem as cautelas necessárias.

"Para que avançasse o desejo criminoso de constituir nova companhia na qual pudessem ser praticados os mesmos desvios e delitos verificados na Petrobras, era necessário garantir investidores certos que aceitassem aplicar recursos bilionários, em pouco tempo, sem maiores cuidados e diligência, sem muita cautela e sem preocupação real com o cumprimento dos deveres fiduciários esperados dos gestores de capitais de terceiros. Tais investidores (vítimas preferenciais), no caso, são os maiores fundos de pensão do Brasil", diz trecho da denúncia, assinada pelos procuradores Cláudio Drewes José de Siqueira e Sara Moreira, coordenadores da Força-Tarefa Greenfield.

A denúncia faz referência à delação do ex-ministro petista Antonio Palocci. "Conforme esclarece o colaborador Antonio Palocci Filho, tanto Petrobras e CEF, quanto suas patrocinadas Petros e Funcef atuavam sob o comando do governo federal, a quem interessa o investimento na Sete Brasil", diz trecho do documento.

Um dos exemplos da negligência dos gestores citado na denúncia diz respeito ao áudio de uma reunião da Funcef na qual foram aprovados aportes na Sete Brasil. "Escutando o áudio da reunião do Conselho Deliberativo da Funcef referente à Ata nº 377, nota-se, sem lugar a dúvidas, que os conselheiros aqui acusados referendaram o investimento de mais um bilhão de reais na Sete Brasil sem realizar qualquer discussão e sem embasamento técnico, com negligência assustadora, como se estivessem tratando de um tema qualquer sem a menor repercussão no patrimônio da Funcef e na futura vida econômica de seus participantes", aponta a denúncia.

A Sete Brasil foi concebida durante o governo Lula para cuidar da construção de 28 sondas que serviriam à Petrobras na exploração do petróleo na camada pré-sal. Durante a Operação Lava-Jato, foi descoberto que essa nova empresa também captava propina para partidos políticos em troca dos contratos das sondas. A investigação referente aos crimes contra os fundos de pensão na Sete Brasil ficaram sob responsabilidade da Operação Greenfield, deflagrada em setembro de 2016.

A acusação está na 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília. Caberá ao juiz Vallisney de Oliveira decidir sobre a abertura da denúncia. Os procuradores solicitaram que o caso seja desmembrado em seis ações penais diferentes, cada uma focando em um núcleo relacionado a cada um dos fundos de pensão.

"Por todo o exposto, o Ministério Público Federal requer que seja recebida a peça acusatória, sejam os acusados citados para responder por escrito à acusação, na forma do art. 396 do CPP, e, ao final, seja julgada procedente a presente ação penal, com a justa condenação dos ora denunciados, inclusive à reparação econômica e moral das vítimas, no montante equivalente ao triplo do valor do prejuízo causado pelos investimentos no FIP Sondas (atualizado pela SELIC), considerando a necessidade de: (i) devolução do produto do crime; (ii) reparação do dano moral coletivo gerado às vítimas do crime; (iii) reparação do dano social difuso gerado; (iv) imposição da multa legal. O valor das reparações devem ainda ser atualizados pela SELIC até a data do efetivo pagamento", conclui a denúncia.

DEFINITIVO

Lei que transfere Coaf para o BC é publicada no Diário Oficial

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

A Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, que trata da reestruturação e transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central (BC), está publicada no Diário Oficial da União de ontem. A lei foi sancionada sem vetos pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na última terça-feira (7).

Em agosto do ano passado, o governo editou a Medida Provisória (MP) nº 893, transferindo o Coaf para o BC, mudando o nome para Unidade de Inteligência Financeira. No entanto, durante a tramitação da MP, no Congresso Nacional, foi restituída a designação anterior.

De acordo com a lei publicada, "o Coaf dispõe de autonomia técnica e operacional, atua em todo o território nacional e vincula-se administrativamente ao Banco Central do Brasil".

Diz ainda que o conselho tem por função "produzir e gerir informações de inteligência financeira para a prevenção e o combate à la-



José Cruz / Agência Brasil / Divulgação / 26.10.2016

O governo editou a Medida Provisória (MP) nº 893, transferindo o Coaf para o BC

vagem de dinheiro e promover a interlocução institucional com órgãos e entidades nacionais, estrangeiros e internacionais que tenham conexão com suas atividades".

Órgãos

A lei estabelece ainda, em

seu artigo 4º, que integram a estrutura organizacional do Coaf os seguintes órgãos e entidades: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria Especial da Receita Fe-

deral do Brasil, Agência Brasileira de Inteligência, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União.

FOLHA DE S.PAULO

Pátria e Fundo Soberano de Singapura arrematam lote de 1.273 km de rodovias em SP

Em megaleilão com apenas 2 interessados, consórcio oferece ágio de 7.200%, o dobro do perdedor, pela maior concessão do país

Ivan Martínez Vargas

SÃO PAULO O fundo Pátria e o GIC (Fundo Soberano de Singapura), por meio do consórcio Infraestrutura Brasil, venceram o leilão do lote de rodovias da concessão estadual Piracicaba-Panorama nesta quarta-feira (8).

O grupo, liderado pelo Pátria, ganhou licitação ao oferecer outorga de R\$ 1,1 bilhão, com ágio de 7.200% em relação aos R\$ 15 milhões previstos no edital.

Segundo o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), o ágio é o maior já obtido em licitações no país. Entretanto, a intenção inicial do Estado à época da modelagem da licitação era exigir R\$ 2 bilhões.

Esse valor foi reduzido posteriormente, ao passo que investimentos em duplicações e melhorias, previstos em R\$ 9 bilhões, foram a R\$ 1,4 bilhões.

O leilão teve participação aquém da esperada pelo mercado. Além do Pátria, apenas a Ecorodovias fez proposta, de R\$ 527 milhões.

Tida como favorita por analistas, por já administrar, por meio da Centrovias, 220 quilômetros de rodovias incluídas na concessão, a Arteris não participou. A ACR, outra provável candidata, também não.

"Não é uma questão de quantidade, mas de qualidade de players [empresas]. Temos dois grandes participantes. É o primeiro investimento de grande porte do Fundo Soberano de Singapura, que é um dos cinco maiores do mundo, que tomou a decisão, ao lado do Pátria, de suportar um ágio recorde."

Para a diretora-geral da Artesp (agência reguladora estadual), Renata Dantas, o certame foi um sucesso.

"Conseguimos atrair o primeiro fundo soberano, não é nada desprezível. Ouvimos lá atrás críticas sobre o tamanho do lote, mas decidimos manter por ter a certeza, junto com a assessoria do IPTC, da viabilidade econômica da concessão. O lote também foi desenhado para promover o desenvolvimento da região."

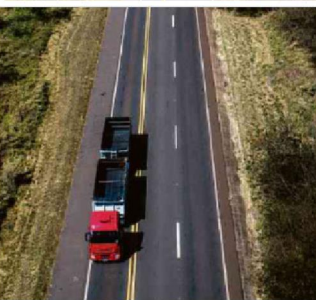
O consórcio liderado pelo Pátria administrará por 30 anos os 1.273 quilômetros de estradas. São trechos de 12 rodovias que passam por 62 municípios, incluindo Rio Claro, São Carlos, Bauri, Marília, Assis e Presidente Prudente.

O fundo já controla a Entrevias, que opera sete estradas paulistas entre Horina (divisa com Paraná) e Igarapava (fronteira com Minas Gerais).

Também adquiriu da Invepar em dezembro a Cart, que administra desde 2009 o corredor Reposo Tavares. A compra ainda está em aprovação nos órgãos reguladores.

O lote Piracicaba-Panorama é o maior já concedido no Brasil. O consórcio vencedor deverá fazer investimentos de R\$ 1,4 bilhões ao longo do contrato, que prevê 149 obras, inclusive cerca de 600 quilômetros de duplicações. Serão instaladas 16 novas praças de pedágio —10% a mais que as 166 em operação na malha estadual—, e serão mantidos os cinco pontos de cobrança existentes no trecho operado pela Centrovias em um contrato prestes a vencer.

A Piracicaba-Panorama será a primeira concessão no país a dar desconto progressivo de pedágio para veículos de passeio e pequenos veículos de carga que usam as rodovias da



Movimento na rodovia SP 294, parte da concessão estadual Piracicaba-Panorama. Eduardo Anzolin - Agência FAPESP/Infraesp

Rodovias concedidas em São Paulo

- Concessão Piracicaba-Panorama
- Novos pedágios
- Pedágios existentes



Trechos de 12 estradas estaduais 62 municípios 1.273 km

DORIA DIZ QUE PORTOS DE SÃO SEBASTIÃO SERÃO PRIVATIZADOS EM 2020; MINISTÉRIO NEGA
O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), disse a jornalistas nesta quarta (8) que os portos de Santos e São Sebastião devem ser privatizados em 2020. "Nossa estimativa é

que o governo federal, através do ministro Tarcísio Gomes de Freitas [Infraestrutura], possa realizar as privatizações dos dois portos em 2020. Essa é, aliás, a intenção que ele nos antecipou", disse Dória. A Folha do Ministério da Infraestrutura afirmou que os cronogramas de desestatização dos dois portos não foram alterados. As privatizações seguem previstas para 2021. Procurado, o governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes e Logística, disse que tem tratado do tema com o ministério e que, "da parte que cabe ao governo estadual, as privatizações podem ser apresentadas neste ano".

concessão com frequência. O usuário que instalar dispositivos de cobrança eletrônica pagará tarifa 5% mais barata.

A partir da segunda passagem em um período de 30 dias, inicia-se outro desconto, que poderá chegar a 90%.

O usuário terá uma economia mensal que poderá chegar a 74% em relação à tarifa cheia, de acordo com a Artesp. Além disso, a base de cálculo das tarifas, diz a agência, é menor que a usada hoje nas praças da Centrovias. Com isso, os pedágios já existentes devem cair 10% na média.

Dória descarta reduzir ICMS para atenuar alta da gasolina

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), disse que "não se estuda e não se vai estudar" a redução de ICMS sobre combustíveis para atenuar eventual alta da gasolina em

decorrência da tensão entre Estados Unidos e Irã.

A medida havia sido sugerida aos estados pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na segunda-feira (6).

"Não há a menor chance de o governo federal depositar essa conta [da alta da gasolina] nos governos estaduais. Não faz o menor sentido isso", disse Dória a jornalistas durante o leilão da concessão de rodovias Piracicaba-Panorama.

Dória afirma ter conversado com outros governadores e que a posição dos estados é similar à de São Paulo.

"O governo de São Paulo não fará isso [reduzir o ICMS sobre combustíveis], e tenho a sensação de que os outros 26 governos também não. O sentimento que pude aferir dos governadores de todas as regiões do país é que não faremos isso. Esse não é um tema estadual, é federal", disse o governador.

Leia mais sobre a tensão entre Irã e EUA em Mundo